v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

DETERMINANTES DOS NÍVEIS DE POUPANÇA INTERNA: O CASO DE ANGOLA

DETERMINANTS OF DOMESTIC SAVING LEVELS: THE CASE OF ANGOLA

DETERMINANTES DE LOS NIVELES DE AHORRO INTERNO: EL CASO DE ANGOLA

André Nduli Luemba[1], Estevão Ngoma Custódio Mango[2]

e778483
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8483

PUBLICADO: 07/2026 Português europeu

RESUMO

O peso da dívida externa no PIB de Angola é ainda elevado, facto que desperta a necessidade de se estimular a poupança interna para financiar projetos de investimentos produtivos que contribuem para o crescimento econômico e redução da dependência externa. Este artigo investiga os determinantes da poupança interna em Angola e, para a sua materialização adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa com pesquisa bibliográfica e explicativa. Mediante a técnica de análise documental procedeu-se o tratamento de dados, delimitados temporalmente de 2002 a 2024, com base na estimação de um modelo de regressão linear múltipla pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), utilizando erros-padrão robustos realizado no software Jamovi. A poupança interna (% do PIB) é considerada variável dependente, sendo explicada pela taxa de juro real, inflação, formação bruta de capital fixo, crescimento do PIB e crédito privado. Os resultados evidenciaram que o crescimento econômico exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a poupança interna, enquanto a inflação e a taxa de juro real apresentam efeitos negativos e significativos. Por outro lado, a formação bruta de capital fixo e o crédito privado não demonstraram significância estatística no período analisado. Concluiu-se que a poupança interna em Angola é fortemente condicionada pelo desempenho macroeconômico do PIB e pela estabilidade dos preços, sendo determinante a adoção de políticas que promovam o crescimento econômico sustentado, o controlo da inflação e o reforço do rendimento real das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Poupança interna. Determinantes macroeconômicos. Crescimento econômico. Angola.

ABSTRACT

The burden of external debt on Angola's GDP remains high, highlighting the need to stimulate domestic savings to finance productive investment projects that contribute to economic growth and the reduction of external dependence. This article investigates the determinants of domestic savings in Angola, and to carry out this study a quantitative methodological approach was adopted with bibliographic and explanatory research. Using the documentary analysis technique, data, temporally delimited from 2002 to 2024, were processed based on the estimation of a multiple linear regression model using the Ordinary Least Squares (OLS) method, using robust standard errors performed in the Jamovi software. Domestic savings (% of GDP) is considered the dependent variable, being explained by the real interest rate, inflation, gross fixed capital formation, GDP growth, and private credit. The results showed that economic growth exerts a positive and statistically significant effect on domestic savings, while inflation and the real interest rate have negative and significant effects. On the other hand, gross fixed capital formation and private credit did not show statistical significance in the period analyzed. It was concluded that

[1] Mestre em Administração e Desenvolvimento Local pela Faculdade de Economia da Universidade Onze de Novembro (UON), Cabinda – Angola. Docente de Economia Monetária e Financeira da Faculdade de Economia da UON.
[2] Licenciado em Economia pela Universidade Onze de Novembro (UON), Cabinda – Angola. Pesquisador em Ciências Sociais e Assistente de Supply Chain na Refinaria de Cabinda.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

domestic savings in Angola are strongly conditioned by the macroeconomic performance of GDP and price stability, with the adoption of policies that promote sustained economic growth, inflation control, and the strengthening of real household income being crucial.

KEYWORDS: *Domestic savings; Macroeconomic determinants; Economic growth; Angola.*

RESUMEN
La carga de la deuda externa sobre el PIB de Angola sigue siendo elevada, lo que pone de manifiesto la necesidad de fomentar el ahorro interno para financiar proyectos de inversión productiva que contribuyan al crecimiento económico y a la reducción de la dependencia externa. Este artículo analiza los determinantes del ahorro interno en Angola y, para llevar a cabo el estudio, se adoptó un enfoque metodológico cuantitativo con investigación bibliográfica y explicativa. Mediante la técnica de análisis documental, se procesaron datos, delimitados temporalmente entre 2002 y 2024, a partir de la estimación de un modelo de regresión lineal múltiple utilizando el método de mínimos cuadrados ordinarios (MCO), con errores estándar robustos, implementado en el software Jamovi. El ahorro interno (% del PIB) se considera la variable dependiente, siendo explicada por la tasa de interés real, la inflación, la formación bruta de capital fijo, el crecimiento del PIB y el crédito privado. Los resultados mostraron que el crecimiento económico ejerce un efecto positivo y estadísticamente significativo sobre el ahorro interno, mientras que la inflación y la tasa de interés real tienen efectos negativos y significativos. Por otro lado, la formación bruta de capital fijo y el crédito privado no mostraron significancia estadística en el período analizado. Se concluyó que el ahorro interno en Angola está fuertemente condicionado por el desempeño macroeconómico del PIB y la estabilidad de precios, siendo crucial la adopción de políticas que promuevan el crecimiento económico sostenido, el control de la inflación y el fortalecimiento del ingreso real de los hogares.

PALABRAS CLAVE: *Ahorro interno. Determinantes macroeconómicos. Crecimiento económico. Angola.*

INTRODUÇÃO

A poupança interna desempenha um papel central no processo de crescimento económico, sendo amplamente reconhecida como uma das principais fontes de financiamento do investimento e da acumulação de capital. No quadro das teorias clássicas e neoclássicas, a poupança constitui um elemento fundamental para a expansão da capacidade produtiva das economias, na medida em que permite sustentar o investimento e impulsionar o crescimento no longo prazo (Smith, 1776; Ricardo, 1817; Solow, 1956). Nesta linha, o modelo de Harrod-Domar reforça que a taxa de crescimento económico depende diretamente da taxa de poupança e da eficiência do investimento, evidenciando a importância da mobilização de recursos internos para o desenvolvimento.

Apesar desta relevância teórica, muitos países da África Subsariana continuam a enfrentar dificuldades persistentes na geração de poupança interna suficiente para sustentar o crescimento económico. Como resultado, os níveis de poupança tendem a ser reduzidos e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

voláteis, comprometendo o financiamento do investimento interno e reforçando a dependência de recursos externos, como ajuda internacional, investimento estrangeiro e endividamento.

No caso de Angola, a dívida externa em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) registou uma média histórica de aproximadamente 60% a 61% no período entre 2002 e 2024, com flutuações expressivas de redução de 16% em 2006 e picos a superarem os 100% do PIB em 2020 devido a choques cambiais e a pandemia da COVID-19. Neste período, a dívida externa foi responsável por financiar investimentos com a média superior a USD 29 mil milhões, sendo a China e Banco Mundial como os maiores credores. Os enormes esforços da política econômica angolana permitiram em 2026 o registo de uma dívida pública em torno de 45% do PIB, entretanto, destes, 74% continuam a ser dívida externa[3].

A partir de 2017 e de forma mais acentuada em 2024, o Estado passou a depender crescentemente da poupança interna e da banca comercial nacional para mitigar o risco cambial. A forte emissão de títulos governamentais (Bilhetes e Obrigações do Tesouro) tornou os credores nacionais os principais financiadores do *stock* da dívida do país, cuja relação dívida/PIB rondava a meta sustentável de 63%.

Tendo em conta esta melhora e considerando a escassez de estudos empíricos específicos sobre os determinantes da poupança interna no contexto angolano, dificulta a compreensão dos fatores que realmente influenciam o seu comportamento ao longo do tempo, limitando a formulação de políticas econômicas eficazes.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os determinantes dos níveis de poupança interna em Angola. Para tal, definem-se como objetivos específicos: (i) realizar a revisão da literatura sobre a poupança interna e os seus determinantes; e (ii) aferir a relação causa-efeito e/ou funcional dos principais fatores macroeconômicos que influenciam a poupança interna no país.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na primeira secção apresenta-se o enquadramento teórico; na segunda secção descrevem-se o procedimento metodológico adotado e, na terceira secção são apresentados e discutidos os resultados empíricos do estudo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo realizar uma análise das principais discussões recentes sobre a poupança interna, buscando identificar elementos norteadores, estruturais e conceitos. Portanto, realizou-se um levantamento bibliográfico em sites, livros, artigos, monografias, teses

[3] - Dados provenientes dos Relatórios da ***Trading Económic***.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e relatórios das organizações internacionais com a finalidade de constituir a base teórica do estudo. Além disso, também destacou-se os estudos empíricos sobre determinantes da poupança interna em diversos países bem como a contribuição da poupança interna no crescimento econômico.

1.1. Abordagens conceptuais

A teoria econômica é rica em evidências sobre a relação de causa e efeito entre a poupança e o investimento, pelo que a poupança aumenta a capacidade, o que contribui para o aumento da produtividade e da taxa de crescimento (Smith, 1776; Ricardo, 1817; Solow, 1956; Feldstein e Horioka, 1980; Samuelson e Nordhaus, 2005; Zwane et al., 2016; Oliveira, 2017).

Como se pode ler em *"Principles of Political Economy"* de John Stuart Mill: "Consumir menos do que se produz é poupar, e este é o processo mediante o qual se aumenta o capital". (Mill, 1983, p. 82). Em suas próprias palavras: "a poupança é o ato do indivíduo privar-se (is lacking) se, durante um certo período, ele consome menos do que o valor de sua produção corrente", (Robertson, 1966).

Para Smith (1776), o objetivo da poupança é obter maior consumo amanhã, abrindo mão do consumo hoje. Esse objetivo é alcançado automaticamente se a poupança de hoje for efetivamente investida no desenvolvimento de novas capacidades produtivas. O aumento do estoque de capital possibilita, assim, a produção de mais bens e serviços no futuro. O equilíbrio entre poupança e investimento, segundo os clássicos, é obtido por meio da variação das taxas de juros. Um aumento nas taxas de juros aumenta a poupança, que é um pré-requisito para qualquer investimento.

Na mesma linha de entendimento, McKinnon (1973), acrescenta que se a taxa de juros for alta, o agente será incentivado a poupar, pois a poupança garantirá maior renda futura; quando a taxa de juros for baixa, o agente tende a poupar pouco. McKinnon (1973), com sua teoria da liberalização financeira, apoia a ideia de que o aumento das taxas de juros atrai a poupança das famílias, permitindo que os bancos emprestem para investimento. Em contrapartida, Leavčic (1976) argumentou que a taxa de juros não é um determinante importante da poupança. Para este autor, para a poupança render juros de modo que seu valor real possa aumentar, a taxa de juros paga pelo banco deve exceder a taxa de inflação.

Modigliani e Cao (2004) sustentam que o crescimento econômico terá efeito positivo sobre o nível de poupança privada, uma vez que o crescimento do produto, transferido à renda dos trabalhadores por meio de ganhos de produtividade, aumenta a poupança positiva dos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

trabalhadores em relação à poupança negativa dos aposentados, elevando a poupança agregada.

Assim, de acordo com a famosa equação de Harrod-Domar, a taxa de crescimento do PIB é determinada conjuntamente pela taxa de poupança nacional e pela relação capital-produto nacional. Mais especificamente, a taxa de crescimento da renda nacional está positivamente relacionada à taxa de poupança.

Edwards (1996), destaca que as restrições à liquidez como determinantes da poupança. Para este autor, a medida que essas restrições se tornam menos rígidas, cresce o acesso aos mercados financeiros, o que aumenta o consumo corrente e diminui a poupança. Outro fator relevante apontado pelo autor é a presença de instabilidades macroeconômicas e políticas, ambas com efeitos negativos sobre a poupança. A instabilidade afeta expectativas sobre rendimentos futuros e decisões de liquidez, sendo essa questão tratada pela teoria keynesiana da preferência pela liquidez.

Dessa forma, face ao acima exposto, pode-se compreender que toda economia deve poupar uma certa proporção de sua renda nacional, mesmo que seja apenas para substituir bens de capital desgastados ou deteriorados.

1.1.1. Tipologia de Poupança

A poupança pode ser analisada sob diferentes perspectivas, consoante os agentes econômicos envolvidos e a forma como se relaciona com o rendimento e o consumo. Na literatura econômica, distingue-se fundamentalmente entre poupança privada, poupança pública e poupança nacional, sendo estas categorias essenciais para a compreensão da dinâmica macroeconômica (Keynes, 1936; Samuelson e Nordhaus, 2005). De acordo com a abordagem keynesiana, a poupança resulta da diferença entre o rendimento disponível e o consumo. Formalmente, pode ser expressa como:

$$S = Y - C$$

Onde (S) representa a poupança, (Y) o rendimento e (C) o consumo (Keynes, 1936). Esta relação evidencia que a poupança é uma função direta do rendimento, sendo influenciada pela propensão marginal a consumir. No plano macroeconômico, a poupança pode ser decomposta em poupança privada e poupança pública. A poupança privada corresponde à parcela do rendimento das famílias e empresas que não é consumida nem tributada, podendo ser expressa como:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

$$Sp = Y - T - C$$

Onde (Sp) representa a poupança privada, (T) os impostos e (C) o consumo (Samuelson e Nordhaus, 2005). Por sua vez, a poupança pública resulta da diferença entre as receitas fiscais e as despesas do Estado, sendo dada por:

$$Sg = T - G$$

Onde (Sg) representa a poupança pública, (T) as receitas fiscais e (G) as despesas públicas. A soma da poupança privada e da poupança pública dá origem à poupança interna:

$$Sn = Sp + Sg$$

ou, de forma equivalente:

$$Sn = Y - C - G$$

Esta identidade macroeconômica demonstra que a poupança interna corresponde à parcela do rendimento que não é destinada ao consumo privado nem ao consumo público (Samuelson e Nordhaus, 2005). No contexto de economias abertas, surge a poupança nacional que está relacionada com o investimento e o saldo externo, conforme evidenciado por Feldstein e Horioka (1980). Neste caso, a identidade macroeconómica assume a seguinte forma:

$$S - I = NX$$

Onde (I) representa o investimento e (NX) as exportações líquidas. Esta relação indica que, quando a poupança interna é inferior ao investimento, o país recorre a financiamento externo. Adicionalmente, segundo Modigliani e Cao (2004), no âmbito da teoria do ciclo de vida, a poupança pode variar ao longo do tempo em função da idade e do rendimento dos indivíduos, sendo positiva durante a vida activa e negativa na fase de aposentadoria, o que influencia a poupança agregada da economia. Deste modo, a tipologia da poupança evidencia que o seu comportamento resulta da interação entre diferentes agentes econômicos e variáveis macroeconômicas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1.2. Determinantes da poupança interna: uma revisão teórica

Nesta seção, apresentam-se os principais determinantes da poupança interna considerando a literatura clássica, keynesiana e neoclássica. Começou-se por apresentar algumas questões norteadoras. O que motiva a formação de poupança? Por que o comportamento de poupança varia entre pessoas, entre regiões, entre países? Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que se trata, na realidade, da análise de três fenômenos bastante distintos: a geração da poupança no âmbito das famílias, das empresas e do governo. Cada um destes agentes econômicos tem suas motivações específicas, horizontes e restrições. Em segundo lugar, há que se levar em conta o fato de que explicar o comportamento dos agentes é bastante difícil, especialmente quando este comportamento envolve uma sequência de decisões ao longo do tempo. Portanto, neste estudo considerou-se, fundamentalmente, os determinantes macroeconómicos.

a) Renda

Para Keynes (1936), segundo o que chamou de *"lei psicológica fundamental das gerações actuais"*, quanto maior o nível de renda maior o montante poupado. Indivíduos que apresentam baixos rendimentos têm maior propensão a consumir, em termos relativos, enquanto aqueles que têm maiores rendimentos poupam uma fração comparativamente maior destes. À medida que o nível de renda aumenta, verifica-se que o consumo aumenta, mas não na mesma proporção, o que resulta em um aumento relativo da parte da renda reservada à poupança.

De um modo geral, como uma queda no nível de consumo é sempre indesejada, os indivíduos tendem a poupar durante períodos de afluência para garantir o consumo futuro em períodos mais difíceis. Portanto, se a renda é incerta e os indivíduos são avessos ao risco, eles terão maior tendência a poupar (é o que muitos autores chamam de precautionary saving, resultante da existência de um certo grau de incerteza). Isto significa que as taxas de poupança serão maiores nas economias que apresentam uma renda mais volátil como, por exemplo, os países nos quais o setor agrário predomina [ver Edwards (1996)]. Assim, o comportamento do poupador em relação ao risco é uma variável relevante.

b) Taxa de Juros

A escola neoclássica destaca o papel da taxa de juros na formação da poupança. A taxa de juros seria um prêmio pela espera, recebido por aqueles que sacrificam seu consumo presente em prol do consumo futuro. Ela garante o equilíbrio entre a oferta (poupança) e a demanda (investimento) de recursos. Dessa forma, um aumento da taxa de juros significaria um maior estímulo a poupar já que o prêmio recebido seria maior. Modelos mais recentes, entretanto, sublinham a ambiguidade dos efeitos de um aumento na taxa de juros sobre a poupança das

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

famílias. O efeito será positivo ou negativo, dependendo da intensidade dos efeitos substituição e renda, (Smith, 1776; McKinnon, 1973; Leavčic, 1976; Samuelson e Nordhaus, 2005).

Desta forma, quando a taxa de juros sobe, o custo do consumo no futuro cai, estimulando a poupança. Taxas de juros elevadas induzem os indivíduos a abdicar do consumo presente para um maior consumo no futuro. Por outro lado, um indivíduo "poupador positivo" se encontra em melhor situação (o indivíduo se torna de certa forma mais "rico") já que poderá manter o mesmo nível de consumo no futuro a partir de uma poupança menor, o que acaba estimulando seu consumo corrente.

c) Estrutura demográfica

Os indivíduos jovens em período ativo terão maior propensão a poupar do que os idosos. Assim, dentro de um regime de repartição, em um contexto de envelhecimento demográfico, com transferência crescente de recursos para os idosos, possibilitada pelo progressivo aumento da carga tributária sobre as gerações futuras, verificar-se-á uma redução da poupança interna ao longo do tempo. Em outras palavras, dentro de um enfoque *"malthusiano*", haveria uma tendência inexorável à redução da poupança interna com o envelhecimento da população. É evidente que se trata de uma conclusão baseada na premissa de *caeteris paribus*, que, no entanto, não é claramente confirmada pelas evidências empíricas existentes, [Masson (1986), Cepal (1996) e Alessie, Lusardi e Aldershof (1997)].

d) A seguridade social

A seguridade social reduz o nível de poupança na medida em que fornece uma renda durante o período inativo (aposentadoria). Entretanto, apesar da existência de um "efeito de indução à aposentadoria" que aumenta o nível de poupança através de um aumento do tempo esperado de aposentadoria, prevalece o efeito de substituição de riqueza que reduz a poupança na medida em que os indivíduos trocam sua poupança pelos benefícios esperados garantidos pelo governo. Desta forma, o Estado do Bem-Estar pode incentivar um comportamento de risco moral (moral hazard) imprudente quanto ao futuro, acompanhado por um consumo excessivo no presente. O indivíduo deixaria de poupar no presente já que o Estado garante sua renda futura. Diversos autores sustentam que os elevados níveis de poupança de países asiáticos como Japão (29,8% do PIB em 1996) e Taiwan têm afinidade com valores socioculturais que responsabilizam o indivíduo pelo seu bem-estar, especialmente na velhice, (Feldstein, 1996).

e) Crédito ao sector Privado (Restrições à liquidez)

O acesso ao crédito influencia o comportamento de poupança ao alterar as restrições de liquidez dos agentes. Segundo Edwards (1996), a redução das restrições à liquidez, através do maior acesso ao crédito, tende a aumentar o consumo corrente e a reduzir a necessidade de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

poupança prévia. Para o autor, na maior parte dos modelos teóricos, à medida que tais restrições tornam-se menos rígidas, ou seja, maior acesso das pessoas aos mercados financeiros, verifica-se um aumento do consumo corrente e, portanto, uma diminuição do nível de poupança.

f) Instabilidade/Estabilidade macroeconómica (Inflação)

Outro fator relevante é a presença da instabilidade macroeconômica e política. Tanto uma quanto a outra têm efeitos negativos sobre a taxa de poupança. Parece claro que a estabilidade das chamadas “regras do jogo” é essencial tanto para que o nível de poupança se mantenha elevado, quanto para a formação do hábito de poupança. O sistema deve inspirar confiança aos poupadores, sendo mudanças institucionais frequentes mal vistas ver Simonsen (1991), resultando, usualmente, em quedas do nível de poupança.

Muhleisen *et al.* (1995) destacam que a estabilidade macroeconômica, caracterizada por baixos níveis de inflação, é fundamental para o aumento da poupança. Assim, a inflação constitui um dos principais fatores macroeconômicos que influenciam a poupança. Níveis elevados de inflação reduzem o poder de compra dos rendimentos e diminuem o valor real da poupança, desincentivando o seu acúmulo (Edwards, 1996).

Portanto, a instabilidade tanto política quanto macroeconômica afeta as expectativas quanto ao rendimento futuro dos indivíduos e, portanto, as decisões de liquidez (poupar ou manter a renda na forma líquida). A teoria keynesiana da preferência pela liquidez trata essa questão de maneira bastante exaustiva. Neste caso, o elo com reformas previdenciárias é ainda mais tênue e indireto. Pode-se afirmar que, na medida em que um novo sistema contribua para reduzir o déficit do setor público (inclusive com a explicitação de passivos ocultos), estar-se-ia caminhando na direção de uma estabilidade econômica maior. Além disso, a própria explicitação de passivos (que antes, por estarem ocultos, poderiam gerar todo o tipo de especulação) talvez seja fator decisivo na redução da incerteza dos fornecedores de capital com possíveis repercussões sobre os spreads.

g) Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo representa o nível de investimento produtivo numa economia e está intimamente relacionada com a poupança. Segundo Feldstein e Horioka (1980), existe, em muitas economias, uma relação positiva entre poupança e investimento, uma vez que a poupança constitui a principal fonte de financiamento do investimento. No entanto, para este autor, esta relação pode ser limitada em economias abertas ou dependentes de financiamento externo, onde o investimento não depende exclusivamente da poupança interna. Nestes casos, a correlação entre poupança e FBCF pode ser fraca ou não significativa.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1.3. Estudos empíricos

Esta seção revisa a literatura empírica sobre os determinantes da poupança interna. Este passo aliado ao ponto anterior é importante para a escolha criteriosa de variáveis explicativas para o nosso modelo. Começou-se com estudos realizados em países fora do continente africano que demonstraram que certas variáveis macroeconômicas influenciam positiva ou negativamente o nível de poupança, dependendo de sua utilização.

Em um estudo recente Mara e Vaillancourt (2012), analisaram os determinantes macroeconômicos da poupança no Québec e no Canadá. Recorreram às técnicas de cointegração e ao modelo vetorial com correção de erros (VECM) de Johansen para o período de 1981 a 2010. Os autores obtiveram, no Quebec, efeitos positivos do patrimônio líquido, da hipoteca e da taxa de juros real sobre a taxa de poupança. O crédito ao consumidor e a inflação apresentaram efeitos negativos e insignificantes. No Canadá, encontraram uma incidência positiva e permanente do patrimônio líquido, do crédito ao consumidor, da hipoteca e da taxa de juros sobre a taxa de poupança.

Modigliani e Cao (2004), ao analisarem a taxa de poupança das famílias na China entre 1953 e 2000, constataram que a taxa de crescimento de longo prazo, a força de trabalho e a inflação têm efeitos positivos e significativos sobre a taxa de poupança. No caso da Jordânia, Hallaq (2003), examinou os determinantes da poupança privada entre 1976 e 2000 e verificou que a taxa de crescimento do PIB per capita exerce efeito significativamente positivo sobre a poupança privada, assim como o desenvolvimento do mercado de crédito. A taxa de juros real e a taxa de inflação apresentaram efeitos insignificantes sobre a poupança privada na Jordânia. Para a Índia, Athukorala e Sen (2004) concluíram que as taxas de juros reais, o crescimento da renda per capita e a taxa de inflação afetam positivamente a poupança doméstica.

No caso africano, Muhleisen et al. (1995) analisaram 39 países da África Subsaariana e verificaram que variáveis de renda, como o PIB, o capital per capita ou a taxa de crescimento do PIB real, influenciam positivamente o nível de poupança, e que a estabilidade macroeconômica, representada por baixa inflação e baixo déficit fiscal, estimula o aumento da poupança. Para o Egito, Touny (2008) constatou que o PIB per capita tem efeito significativo e positivo sobre a poupança interna, especialmente no longo prazo, e que o desenvolvimento financeiro, medido pela relação M2/PIB, pela taxa de juros e pela inflação, tem efeito positivo e significativo.

Kavatiri (2005) estuda os determinantes da poupança interna em Ruanda. Através do método dos mínimos quadrados ordinários, o autor demonstra que a poupança interna influencia em 96% a variação da taxa de juros real do crédito, a variação da taxa de juros real do credor, a diferença na inflação, a inflação defasada, a instabilidade política e o ajustamento estrutural. Por

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

outro lado, o saldo orçamental exerce uma influência negativa não significativa sobre a poupança. O produto interno bruto per capita influencia positivamente a poupança interna e a inflação tem um impacto maior sobre a poupança interna em relação às outras variáveis.

Esta revisão da literatura sugere que, nos países desenvolvidos, os trabalhos teóricos enfatizam os modelos neoclássicos, a visão de curto prazo, a renda permanente, o ciclo de vida e a solidariedade intergeracional para justificar os determinantes da poupança interna, enquanto nos países em desenvolvimento, os trabalhos insistem nas variáveis macroeconômicas, como a inflação, taxas de câmbio, o índice de dependência e a ajuda externa.

1.4. Contribuição da poupança interna no crescimento económico

Para Samuelson e Nordhaus (2005) a atividade econômica pressupõe a renúncia ao consumo no presente para aumentar o capital. De cada vez que investimos - com a construção de uma fábrica ou uma estrada, com o aumento da duração e da qualidade de educação, ou com o aumento do acervo dos conhecimentos tecnológicos práticos, estamos a incrementar a produtividade futura da nossa economia e a aumentar o consumo futuro.

Afirmação similar é apresentada por Zwane et al. (2016), para esses autores, a poupança interna desempenha um papel fundamental na obtenção de prosperidade econômica que é essencial na economia mundial, particularmente no caso dos países em desenvolvimento. O principal canal através do qual isso pode ser alcançado é a função poupança, como a oferta de fundos para empréstimo que podem ser usados para facilitar oportunidades de investimento.

O modelo de Robert Solow (1956) apud Lopes e Vasconcellos (2013), demonstra que uma economia pode crescer de forma sustentável ao longo do tempo, tendendo para o estado estacionário, momento em que o crescimento da economia é igual ao crescimento da população. Neste modelo, a poupança é o principal fator de crescimento económico.

Um estudo similar foi desenvolvido por Henriques et al. (2014), que analisam a relação da taxa de poupança e o comportamento do produto interno bruto ao longo do período de 1960 a 2010, com o propósito de verificarem a existência de uma relação de equilíbrio de longo prazo entre ambas as variáveis e o sentido de causalidade.

Todavia, não foi possível identificar a relação de equilíbrio de longo prazo entre poupança e produto, sendo que a relação de causalidade encontrada é unilateral, ocorrendo da poupança para o produto. Investigando o efeito da promoção da poupança na redução da pobreza e as dificuldades econômicas na África Subsariana, e usando estimativas de variação robusta do tamanho de efeito combinado, Steinert et al. (2017) encontraram um impacto significativo na redução da pobreza. Não obstante, um impacto não significativo foi registado ao analisar cada

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

indicador de riqueza de forma isolada, como moradias, qualidade de vida, educação e saúde. Portanto, Feldstein e Horioka (1980) concluem que existe uma relação forte e no sentido positivo entre a poupança, investimento e crescimento econômico sobretudo no período que antecedeu a globalização financeira.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo adota uma abordagem metodológica quantitativa, com pesquisa bibliográfica e explicativa. A técnica de análise documental baseou-se em dados secundários provenientes de fontes oficiais, nomeadamente o Banco Mundial, o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), complementados por relatórios do Ministério da Economia e Planeamento. A amostra inclui 23 observações anuais, garantindo consistência temporal (isto é, de 2002 a 2024) e fiabilidade dos dados. A dimensão da amostra (23 observações anuais) resulta da limitada disponibilidade de dados históricos consistentes.

A variável dependente é a poupança interna (% do PIB), sendo explicada pelas variáveis juros reais, inflação, formação bruta de capital fixo, crescimento do PIB e crédito privado. O modelo econométrico adotado é uma regressão linear múltipla, estimada pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), com erros-padrão robustos para corrigir potenciais heterocedasticidades:

$$Poupança_i = \beta_0 + \beta_1 JurosReais_i + \beta_2 Inflação_i + \beta_3 FBCF_i + \beta_4 CrescPIB_i + \beta_5 CréditoPriv_i + \varepsilon$$

A análise foi realizada no software Jamovi, utilizando o módulo GAMLj. O processo incluiu a análise documental como técnica de recolha de dados. Para a análise e tratamento de dados optou-se pela estatística descritiva, estimação do modelo e avaliação do ajustamento através do coeficiente de determinação (R^2), R^2 ajustado e teste F. Os pressupostos da regressão foram avaliados por meio de testes de normalidade dos resíduos (Kolmogorov–Smirnov e Shapiro–Wilk), homocedasticidade (Breusch–Pagan) e multicolinearidade (VIF). A eventual autocorrelação foi considerada limitada, tendo em conta a natureza anual dos dados e a ausência de padrões sistemáticos nos resíduos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção discutem-se os resultados da análise econométrica realizada por meio do módulo GAMLj do software Jamovi. Antes, apresentou-se a caracterização socioeconômica de Angola e os principais indicadores macroeconômicos.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.1. Caracterização socioeconómica de Angola

Situada na parte ocidental da África, concretamente na zona Austral, a república de Angola é soberana e independente desde 1975. A sua extensão é de 1.246.700 Km² e com uma faixa costeira de aproximadamente 1.650 km. O país faz fronteira ao norte com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e ao oeste com o Oceano Atlântico, (Aipex, 2025).

Administrativamente é composta por 21 províncias sendo Luanda a sua capital. Tem o português como a sua língua oficial e a sua moeda oficial é o Kwanza. O território angolano apresenta um clima tropical e relevo formado predominantemente por planaltos, com uma estreita planície litorânea. Angola é rica em recursos naturais como petróleo, que constitui o pilar da economia nacional. Dados do último Censo apontam que Angola possui de uma população estimada em 36.604.681 habitantes, (INE, 2025).

3.1.1. Análise dos principais indicadores macroeconômicos de Angola

A tabela abaixo apresenta a evolução do produto interno bruto (PIB) de Angola, medido em kwanza, esses dados são resultados de busca de diferentes fontes de dados nomeadamente INE, BNA, com destaque a base de dados do World Bank.

Quadro 1. Evolução do Produto Interno Bruto de Angola - Moeda Local (2002–2024)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
PIB	665.385.000.000,00	685.280.011.500,00	760.318.172.800,00	874.593.994.100,00	975.609.600.400,00
Ano	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	1.112.292.505.500,00	1.236.535.578.300,00	1.247.169.784.300,00	1.302.025.000.000,00	1.347.232.000.000,00
Ano	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	1.462.314.000.000,00	1.534.766.000.000,00	1.608.781.000.000,00	1.623.961.000.000,00	1.582.062.000.000,00
Ano	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	1.579.733.000.000,00	1.558.938.000.000,00	1.547.990.000.000,00	1.460.711.000.000,00	1.478.228.000.000,00
Ano	2022	2023	2024	---------	---------
PIB	1.523.236.000.000,00	1.539.658.000.000,00	1.607.771.000.000,00		

Fonte: Base de dados World Bank, 2025; INE, 2025 e BNA, 2025.

O quadro n.º 1 evidencia a evolução do Produto Interno Bruto de Angola entre 2002 e 2024, revelando diferentes ciclos de expansão e contração da economia. No período de 2002 a 2008, observa-se uma fase de forte crescimento econômico, impulsionada sobretudo pela

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estabilidade pós-guerra civil e pela expansão do setor petrolífero, beneficiando de preços elevados do petróleo no mercado internacional. Este período caracteriza-se como um ciclo de prosperidade, com aumentos significativos do PIB ano após ano.

Em 2009, nota-se uma desaceleração do crescimento, associada aos efeitos da crise financeira internacional de 2008, que provocou a queda do preço do petróleo e reduziu as receitas externas do país. Ainda assim, entre 2010 e 2014, a economia retoma um crescimento moderado, configurando uma fase de recuperação, embora já com sinais de vulnerabilidade estrutural devido à forte dependência do petróleo.

A partir de 2015 inicia-se um novo ciclo de crise econômica, marcado pela acentuada queda do preço do petróleo no mercado internacional. Este choque externo teve impactos diretos nas finanças públicas, no investimento e no nível de atividade econômica, resultando em estagnação e, em alguns anos, redução do PIB até cerca de 2020. Este período também coincide com ajustamentos macroeconômicos internos, incluindo reformas cambiais e fiscais.

Entre 2021 e 2024, observa-se uma recuperação gradual da economia angolana, impulsionada por alguma melhoria no preço do petróleo, maior controlo macroeconômico e esforços de diversificação econômica. No entanto, este crescimento ainda se apresenta moderado e instável quando comparado com o ciclo de expansão verificado no início dos anos 2000, evidenciando que a economia continua vulnerável a choques externos e dependente de um número reduzido de setores.

Quadro 2. Indicadores Macroeconômicos de Angola (% do PIB), 2002–2024

Ano	Poupança	Juros_Real	Inflação	FBCF	Cresc_PIB	CredPriv_Bancos
2002	39,36	-33,55	142,47	30,49	13,66	3,43
2003	35,19	1,12	93,92	30,45	2,99	3,97
2004	44,07	36,63	33,44	30,89	10,95	4,39
2005	52,01	17,8	42,37	27,55	15,02	4,2
2006	55,61	2,04	17,11	23,3	11,54	6,42
2007	53,48	12,83	4,3	25,73	14,01	9,77
2008	54,38	-5,72	19,36	30,8	11,16	12,01
2009	37,88	38,97	-16,76	42,82	0,86	22,99
2010	47,15	-7,35	32,27	28,19	4,39	19,55
2011	47,78	-9,87	31,77	26,42	3,47	18,78
2012	46,74	8,76	7,25	26,66	8,54	20
2013	40,82	12,61	2,83	26,14	4,95	21,34
2014	37,55	12,38	3,56	27,5	4,82	19,88
2015	30,82	21,14	-3,51	34,2	0,94	24,01
2016	30,09	-4,92	21,77	27,21	-2,58	19,94

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2017	29,88	-5,55	22,61	24,13	-0,14	15,92
2018	33,16	-5,84	28,16	17,86	-1,31	13,83
2019	41,46	0,09	19,18	17,71	-0,7	14,25
2020	37,17	8,02	10,76	26,49	-5,63	12,42
2021	47,46	-13,98	38,82	26,43	1,19	9,27
2022	45,34	5,63	13,71	26,25	3,04	7,53
2023	38,44	-0,57	17,6	23,77	1,07	8,24
2024	38,47	-4,66	25,23	25	4,42	7,95

Fonte: Base de dados do World Bank, 2025

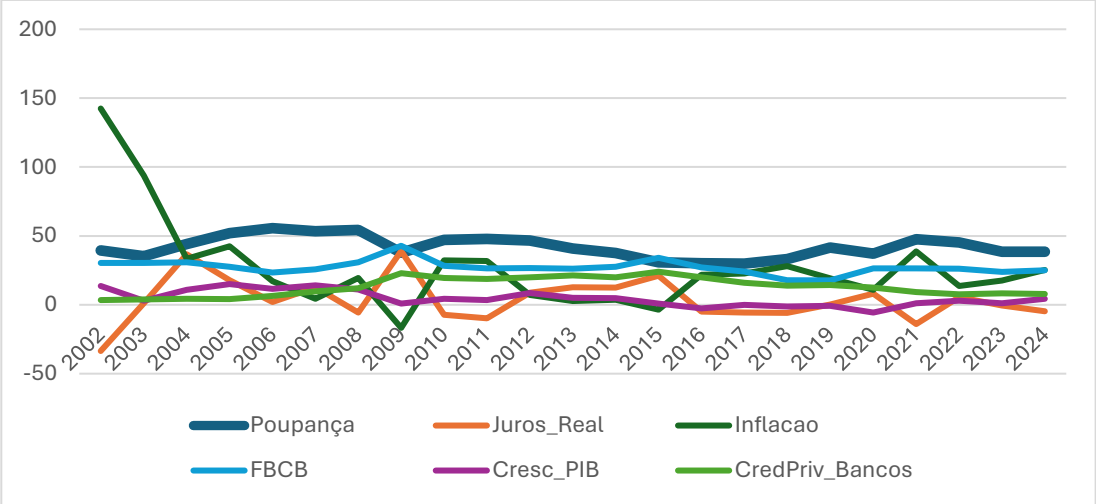
O quadro n.º 2 evidencia que a economia angolana registou um ciclo de forte expansão entre 2002 e 2008, impulsionado pelo fim do conflito armado e pelo aumento das receitas petrolíferas. O crescimento do PIB atingiu níveis elevados, como 13,66% em 2002, 15,02% em 2005 e 14,01% em 2007, enquanto a inflação reduziu significativamente de 142,47% em 2002 para apenas 4,3% em 2007. Neste mesmo período, a poupança interna aumentou de 39,36% para 54,38% do PIB, e o crédito ao setor privado passou de 3,43% para 12,01%, reflectindo um ambiente de prosperidade, acumulação de recursos e expansão econômica.

Com a crise financeira internacional de 2008/2009, observa-se uma desaceleração acentuada da economia. Em 2009, o crescimento do PIB caiu para 0,86% e a poupança interna reduziu-se para 37,88%, apesar de a formação bruta de capital fixo ter atingido 42,82%. Posteriormente, entre 2014 e 2018, Angola enfrentou uma crise prolongada associada à queda dos preços do petróleo, com taxas de crescimento negativas como -2,58% em 2016 e -1,31% em 2018. Durante este período, a poupança interna caiu para cerca de 30%, a inflação voltou a subir para níveis acima de 20% (por exemplo, 22,61% em 2017 e 28,16% em 2018), e o crédito ao setor privado diminuiu de 19,88% em 2014 para 13,83% em 2018, evidenciando um contexto de recessão e fragilidade macroeconômica.

Por fim, o período recente entre 2020 e 2024 reflete os efeitos da pandemia da COVID-19 e uma recuperação gradual. Em 2020, o PIB contraiu-se em -5,63%, enquanto a poupança interna foi de 37,17% e a inflação de 10,76%. Nos anos seguintes, verificou-se uma retoma do crescimento, com 1,19% em 2021, 3,04% em 2022 e 4,42% em 2024. Contudo, persistem desafios, como a elevada inflação (38,82% em 2021 e 25,23% em 2024), a volatilidade dos juros reais (como -13,98% em 2021 e -4,66% em 2024) e a redução do crédito ao setor privado para 7,95% em 2024. Estes dados confirmam que a economia angolana continua vulnerável a choques externos, apresentando ciclos alternados de prosperidade e crise.

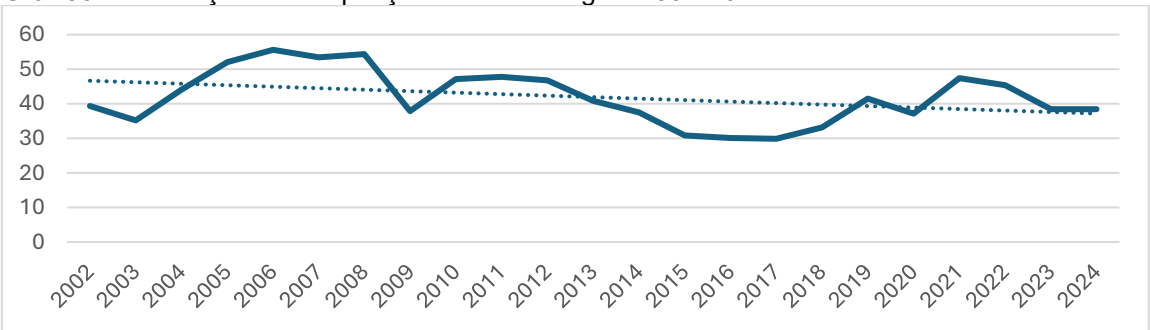
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 1. Evolução dos principais Indicadores Macroeconómicos de Angola (2002–2024)



O gráfico n.º 1 evidencia a evolução conjunta dos principais indicadores macroeconómicos de Angola, destacando a elevada volatilidade da inflação e dos juros reais, sobretudo nos primeiros anos do período (2002–2004), em contraste com um comportamento relativamente mais estável da poupança interna ao longo do período (2002–2024). Observa-se que picos de inflação tendem a coincidir com quedas ou instabilidade da poupança, com destaque para os anos de 2002, 2003, 2016–2018 e 2021. O crescimento do PIB apresenta oscilações, mas acompanha, em vários momentos, a tendência da poupança, reforçando a relação positiva entre rendimento e poupança, (ver quadro n.º 2), especialmente nos períodos 2004–2008 e 2021–2024. Já a FBCF e o crédito privado exibem variações mais moderadas ao longo do período (2002–2024) (ver quadro n.º 2), indicando menor sensibilidade às flutuações de curto prazo.

Gráfico 2. Evolução da Poupança Interna de Angola 2002-2024



Fonte: Elaboração própria, com base os dados do Banco Mundial 2024.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A análise da evolução da poupança interna de Angola foi realizada em quatro períodos. Primeiro, entre 2002 e 2008, (ver quadro n.º 2), observa-se uma tendência crescente, com a poupança a aumentar de valores próximos de 38 para cerca de 55, refletindo um período de maior estabilidade macroeconômica e crescimento econômico. Segundo, no período de 2009 a 2014, a poupança apresenta relativa estabilidade, oscilando em torno de 40 a 45 (ver quadro n.º 2), sendo este período inicialmente marcado pelos efeitos da crise financeira internacional de 2008/2009 e, posteriormente, por um processo de ajustamento associado à estabilização do contexto macroeconômico global. Terceiro, entre 2015 e 2018, verifica-se uma redução significativa, com a poupança a atingir valores mínimos próximos de 30, período fortemente influenciado pela crise do petróleo e pela consequente redução das receitas externas.

No quarto período, entre 2019-2024 regista-se uma recuperação gradual, com a poupança a situar-se entre 38 e 45, embora sem retomar os níveis máximos observados no período inicial, sendo esta fase condicionada, sobretudo, pelos efeitos da pandemia da COVID-19 e pelos seus impactos na atividade econômica. Assim, a poupança na economia angolana não apresenta uma tendência claramente crescente ou decrescente, mas sim um comportamento cíclico e volátil com tendência irregular.

3.2. Análise e interpretação dos resultados econométricos

Esta secção apresenta os resultados da análise econométrica realizada com dados anuais no período selecionado para o estudo. A variável dependente foi a Poupança Interna, enquanto as variáveis explicativas incluíram juros real, inflação, formação bruta de capital fixo (FBCF), crescimento do PIB real e crédito ao setor privado concedido por Bancos. A estimativa foi conduzida no software Jamovi utilizando o método de regressão linear múltipla.

Tabela 1. Estatística Descritiva

	N	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Poupança	23	41.93	40.82	7.78	29.88	55.6
Juros_Real	23	3.74	1.12	15.92	-33.55	39.0
Inflacao	23	26.44	19.36	33.00	-16.76	142.5
FBCF	23	27.22	26.49	5.08	17.71	42.8
Cresc_PIB	23	4.64	3.47	5.74	-5.63	15.0
CredPriv_Bancos	23	13.05	12.42	6.72	3.43	24.0

Fonte: Output do Jamovi

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A tabela n.º 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis analisadas. Observa-se que a Poupança apresenta uma média de 41.93 com desvio-padrão de 7.78, indicando moderada variabilidade ao longo dos anos conforme se pode constatar no gráfico 2 e quadro 2. A Inflação apresenta elevada dispersão (DP = 33.00), o que indica uma forte instabilidade no período analisado (ver quadro 2). Por outro lado, variáveis como FBCF e Crédito Privado exibem menor variação. Os valores mínimos e máximos reforçam a amplitude temporal das flutuações econômicas.

Tabela 2. Matriz de Correlações

		Poupança	Juros_ Real	Inflação	FBCF	Cresc_ PIB	CPB[4]
Poupança	**R de Pearson**	—					
	GI	—					
	valor-p	—					
Juros_Real	**R de Pearson**	0.009	—				
	GI	21	—				
	valor-p	0.967	—				
Inflacao	**R de Pearson**	-0.039	-0.608	—			
	GI	21	21	—			
	valor-p	0.859	0.002	—			
FBCF	**R de Pearson**	-0.056	0.456	-0.018	—		
	GI	21	21	21	—		
	valor-p	0.799	0.029	0.934	—		
Cresc_PIB	**R de Pearson**	0.703	0.046	0.302	0.144	—	
	GI	21	21	21	21	—	
	valor-p	<.001	0.834	0.162	0.512	—	
CredPriv_Bancos	**R de Pearson**	-0.339	0.230	-0.601	0.217	-0.453	—
	GI	21	21	21	21	21	—
	valor-p	0.114	0.290	0.002	0.319	0.030	—

Fonte: *Output* do Jamovi

[4] CPB: Crédito Privado Bancário.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A Tabela n.º 2 apresenta a matriz de correlações de Pearson entre as variáveis do estudo. Observa-se correlação negativa moderada e significativa entre Inflação e Juros Reais (r = −0.608; p = 0.002), bem como entre Crédito Privado e Inflação (r = −0.601; p = 0.002). A Poupança, variável dependente, apresenta correlação positiva forte com Crescimento do PIB (r = 0.703; p < 0.001) e não demonstra correlações estatisticamente significativas com as demais variáveis. Com base nesses resultados, pode-se compreender que existem relações lineares iniciais que justificam a estimação do modelo multivariado.

Tabela 3. Medidas de Ajustamento do Modelo

R^2	Adj. R^2	df	df (res)	F	P
0.690	0.599	5	17	7.58	<.001

Fonte: Output Jamovi

Os resultados das medidas de ajustamento revelam que o modelo apresenta um desempenho estatisticamente significativo (F = 7.58; p < 0.001). O coeficiente de determinação (R^2 = 0.690) indica que 69,0% da variação da poupança angolana, no período em análise, foi explicada pelas variáveis independentes incluídas. Após o ajuste para o número de preditores, o R^2 ajustado mantém um valor robusto (0.599), evidenciando que o modelo possui boa capacidade explicativa.

Tabela 4. Teste ANOVA Tipo III

	SS	Df	F	P	η^2p
Model	918.207	5	7.578	<.001	0.690
Juros_Real	97.408	1	4.684	0.045	0.191
Inflacao	221.861	1	6.011	0.025	0.350
FBCF	8.341	1	0.343	0.566	0.020
Cresc_PIB	579.863	1	26.660	<.001	0.585
CredPriv_Bancos	76.605	1	2.650	0.122	0.157
Residuals	411.957	17			
Total	1330.164	22			

Nota. *Inferential tests and p-values are based on robust estimation.*

Fonte: Output Jamovi

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O teste ANOVA revelou que o modelo global é estatisticamente significativo (F = 7.578; p < 0.001), explicando aproximadamente 69% da variação da poupança (% do PIB). Entre os preditores, o Crescimento do PIB apresentou o maior contributo para o modelo (F = 26.660; p < 0.001), seguido da inflação (F = 6.011; p = 0.025) e dos juros reais (F = 4.684; p = 0.045). Estes resultados mostram que o crescimento econômico contribuiu para o aumento da poupança em Angola, enquanto a inflação e os juros reais exerceram um efeito negativo. As variáveis Crédito Privado e FBCF não apresentaram efeitos estatisticamente significativos. Os testes foram realizados com erros-padrão robustos, garantindo a fiabilidade das inferências.

Tabela 5. Estimação dos Coeficientes do Modelo

			95% Confidence Intervals					
Names	**Estimate**	**SE**	**Lower**	**Upper**	**B**	**Df**	**T**	**p**
(Intercept)	41.927	1.026	39.761	44.092	- 0.000	17	40.846	<.001
Juros_Real	-0.226	0.090	-0.415	-0.037	- 0.463	17	-2.521	0.022
Inflação	-0.183	0.047	-0.282	-0.083	- 0.775	17	-3.868	0.001
FBCF	0.168	0.225	-0.306	0.642	0.110	17	0.746	0.466
Cresc_PIB	1.049	0.159	0.712	1.385	0.775	17	6.577	<.001
CredPriv_Bancos	-0.428	0.239	-0.933	0.076	- 0.370	17	-1.793	0.091

Nota. *Inferential tests and p-values are based on robust estimation.*
Fonte: Output Jamovi

O modelo indica que o intercepto é de 41,927 (IC 95%: 39,761–44,092; p < 0,001), representando o valor médio da poupança quando as variáveis independentes são nulas. Os juros reais apresentaram um efeito negativo significativo sobre a poupança interna de Angola (−0,226; IC 95%: −0,415 a −0,037; p = 0,022). Isto significa que, em Angola, os juros reais exercem um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre a poupança interna, evidenciando que o aumento das taxas de juro não tem incentivado a poupança. Na realidade angolana, este resultado é consistente com o facto de, em vários períodos, os juros reais serem negativos ou insuficientes para compensar a inflação, reduzindo o incentivo à poupança formal. Esse resultado converge com o trabalho de Leavčic (1976), segundo o qual a taxa de juro não constitui um determinante relevante da poupança quando não supera a taxa de inflação, uma

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

realidade frequentemente observada em economias caracterizadas por instabilidade de preços e mercados financeiros pouco desenvolvidos, como é o caso de Angola. Este resultado permite, também, relativizar a posição clássica segundo a qual taxas de juro mais elevadas estimulam a poupança, conforme defendido por Smith (1776) e reforçado por McKinnon (1973), na medida em que, no contexto angolano, esse mecanismo não se verifica de forma automática.

No caso da inflação em Angola (−0,183; IC 95%: −0,282 a −0,083; p = 0,001), o resultado evidencia que os aumentos deste indicador desincentivam a poupança, indicando que um acréscimo de 1 ponto percentual na taxa de inflação reduz, em média, a taxa de poupança em cerca de 0,18 pontos percentuais. Este comportamento é particularmente visível em Angola, onde períodos de elevada inflação têm sido acompanhados pela perda do poder de compra e pela preferência por consumo imediato ou ativos alternativos (como moeda estrangeira e bens reais), em detrimento da poupança financeira. Assim, o resultado confirma a visão segundo a qual a instabilidade macroeconômica desincentiva a poupança, como salientado por Muhleisen et al. (1995), que identificam a estabilidade macroeconômica, representada por baixos níveis de inflação, como um fator essencial para o aumento da poupança nos países africanos.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de Angola apresentou um resultado positivo (0,168; p = 0,466**),** porém estatisticamente não significativo, isto significa que o investimento em Angola está fortemente dependente de financiamento externo e receitas do setor petrolífero, reduzindo a ligação direta entre poupança interna e investimento produtivo. Esta evidência está alinhada com a análise de Feldstein e Horioka (1980), que demonstraram que, em determinadas economias, a correlação entre poupança doméstica e investimento pode ser fraca, sobretudo quando o financiamento externo desempenha um papel predominante. Em Angola, o cenário não é diferente, o financiamento externo exerce grande influência e, juntamente com os recursos do petróleo asseguram o investimento público.

Quanto ao crédito privado dos bancos angolanos (−0,428; p = 0,091**)** apresentou um coeficiente negativo e estatisticamente não significativo, evidenciando que em Angola o acesso ao crédito reduz a necessidade de poupança prévia, ainda que este efeito não seja suficientemente robusto no modelo estimado. Este resultado encontra respaldo na argumentação de Edwards (1996), segundo a qual a redução das restrições à liquidez aumenta o consumo corrente e tende a diminuir a poupança. No entanto, a ausência de significância estatística sugere que, em Angola, o impacto do crédito bancário sobre a poupança interna permanece limitado, devido ao reduzido grau de inclusão financeira e à concentração do crédito em determinados setores da economia.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em contraste, o crescimento do PIB angolano mostra efeito positivo e altamente significativo (1,049; IC 95%: 0,712–1,385; p < 0,001), indicando que a expansão econômica em Angola favorece o aumento da poupança. O coeficiente estimado indica que um aumento de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB de Angola está associado a um aumento médio de aproximadamente 1,05 pontos percentuais na taxa de poupança interna, ceteris paribus. Este resultado está em plena consonância com a teoria clássica e neoclássica do crescimento econômico, segundo a qual a poupança constitui a base do investimento e da acumulação de capital, conforme defendido por Smith (1776), Ricardo (1817) e Solow (1956). Adicionalmente, a evidência empírica confirma os argumentos de Modigliani e Cao (2004), que sustentam que o crescimento econômico aumenta a poupança agregada ao elevar o rendimento dos trabalhadores ativos relativamente à poupança negativa dos aposentados. Resultados semelhantes são igualmente reportados por Muhleisen et al. (1995) para países da África Subsaariana e por Hallaq (2003) no caso da Jordânia, reforçando a robustez desta relação em economias em desenvolvimento.

Em síntese, os resultados empíricos do modelo de regressão linear múltipla indicam que a poupança interna em Angola é fortemente influenciada por variáveis macroeconômicas fundamentais, em particular o crescimento econômico e a estabilidade dos preços, enquanto as variáveis financeiras desempenham um papel secundário confirmando as abordagens teóricas clássicas e as evidências empíricas discutidas na revisão da literatura.

3.3. Verificação dos Pressupostos

Tabela 6. Teste de Homocedasticidade

Test	Statistics	df1	P
Breusch-Pagan Test	8.19	5	0.146

Fonte: Output Jamovi

Nesta pesquisa, para avaliar o pressuposto homocedasticidade, foi aplicado o teste de Breusch–Pagan, que apresentou um valor de estatística $\chi^2 = 8.19$, com 5 graus de liberdade, e um nível de significância $p = 0.146$. Isto indica que não existe evidência estatística de heterocedasticidade, sugerindo que os resíduos apresentam variância aproximadamente constante, cumprindo-se assim este pressuposto fundamental da regressão linear.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

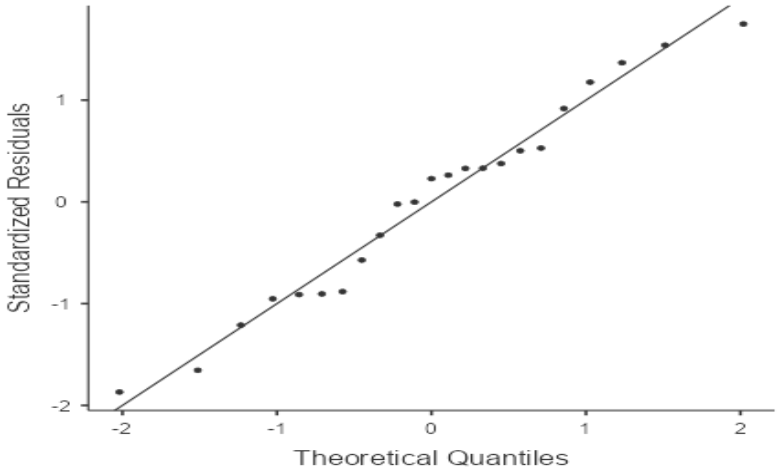
Tabela 7. Testes de Normalidade dos Resíduos

Test	Statistics	P
Kolmogorov-Smirnov	0.115	0.885
Shapiro-Wilk	0.970	0.698

Fonte: Output Jamovi

Foram aplicados dois testes complementares, Kolmogorov–Smirnov: D = 0.115; p = 0.885 e Shapiro–Wilk: W = 0.970; p = 0.698. Em ambos os testes, o valor de *p* é superior a 0.05, o que indica que não há evidências para rejeitar a hipótese de normalidade dos resíduos**.** Assim, conclui-se que os resíduos seguem aproximadamente uma distribuição normal. Esta conclusão é reforçada pela análise gráfica do Q-Q Plot (ver gráfico n.º 3), que mostra os pontos distribuídos próximo da linha de referência, e pelo histograma dos resíduos (ver gráfico n.º 4), cuja forma se aproxima de uma distribuição normal.

Gráfico 3. QQ-Plot dos Resíduos

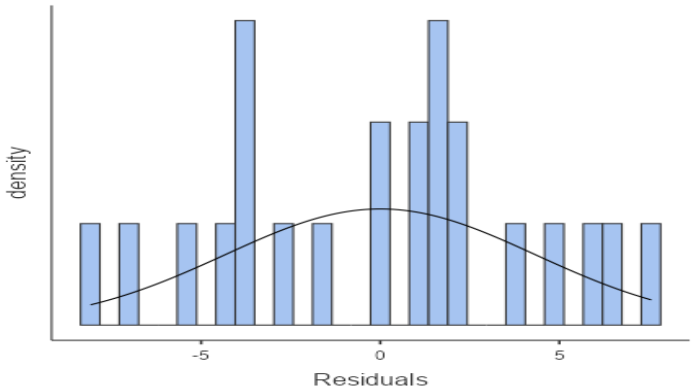


Fonte: Output Jamovi

O QQ-plot dos resíduos padronizados evidencia que os pontos se distribuem de forma próxima à linha de referência, indicando que os resíduos seguem aproximadamente uma distribuição normal.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 4. Histograma dos Resíduos



Fonte: Output Jamovi

O histograma dos resíduos, acompanhado pela curva de densidade, evidencia uma distribuição aproximadamente simétrica em torno do zero, com maior concentração dos valores próximos da média. Este comportamento indica que os erros do modelo não apresentam assimetrias acentuadas nem desvios graves da normalidade, reforçando a adequação do modelo de regressão e a fiabilidade das inferências estatísticas obtidas.

Tabela 8. Estatísticas de Colinearidade

Term	VIF	Tollerance
Juros_Real	2.92	0.342
Inflação	3.60	0.278
FBCF	1.91	0.523
Cresc_PIB	1.38	0.726
CredPriv_Bancos	2.38	0.420

Fonte: Output Jamovi

Todos os valores situam-se abaixo do limite crítico de 5**,** e bastante distantes do limiar de preocupação severa (VIF > 10). Assim, conclui-se que não há indícios de multicolinearidade problemática, e as estimativas dos coeficientes podem ser interpretadas com confiança.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os determinantes dos níveis de poupança interna em Angola no período de 2002 a 2024, com base numa abordagem quantitativa e na estimação de um modelo de regressão linear múltipla pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), com erros-padrão robustos, utilizando dados do World Bank, INE e BNA. Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que:

O modelo apresenta uma capacidade explicativa robusta (R^2 = 0,690), sendo estatisticamente significativo e cumprindo os principais pressupostos da regressão linear, nomeadamente ausência de heterocedasticidade, normalidade dos resíduos e inexistência de multicolinearidade relevante.

Entre os determinantes analisados, o crescimento do Produto Interno Bruto destacou-se como o principal fator explicativo da poupança interna, apresentando um efeito positivo e estatisticamente significativo (ver tabela 5). Este resultado confirma que o aumento do rendimento constitui um elemento central na capacidade de poupança das economias. Por outro lado, a inflação revelou um impacto negativo significativo, evidenciando que a instabilidade de preços reduz o poder de compra e desincentiva a acumulação de poupança (ver quadro n.º 2 e tabela n.º 5). De igual modo, a taxa de juro real apresentou um efeito negativo, evidenciando que, o aumento das taxas de juro não tem incentivado a poupança.

Em contrapartida, a Formação Bruta de Capital Fixo e o crédito ao setor privado não apresentaram significância estatística, indicando que o financiamento do investimento em Angola não depende predominantemente da poupança interna. Este resultado reflete a forte dependência de fontes externas de financiamento e de receitas públicas associadas ao setor petrolífero, bem como o ainda reduzido nível de desenvolvimento e inclusão do sistema financeiro.

Conclui-se que a poupança interna em Angola é essencialmente determinada pelo crescimento positivo do PIB e pela estabilidade dos preços. O sistema financeiro apresenta um papel secundário, o que indica limitações estruturais na intermediação financeira. Estes resultados reforçam a necessidade de políticas orientadas para o crescimento econômico sustentável, controlo da inflação e fortalecimento do sistema financeiro.

Limitações do estudo e sugestões para futuros trabalhos

Este estudo apresenta algumas limitações, primeiro, o módulo GAMLj do Software Jamovi não incorpora testes de autocorrelação dos resíduos e de estacionariedade. Segundo, a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

análise baseia-se exclusivamente em dados macroeconômicos, podendo existir variáveis institucionais e estruturais não observadas que influenciam a poupança interna em Angola. Para estudos futuros, recomenda-se a utilização de modelos econométricos como modelos VAR ou ARDL, que permitam capturar dinâmicas de curto e longo prazo entre as variáveis. Sugere-se igualmente a inclusão de testes de estacionariedade e cointegração, de forma a garantir maior robustez estatística.

Sugestões

Com base nos resultados obtidos, sugere-se ao governo angolano:

- A implementação de políticas macroeconômicas orientadas para o controlo rigoroso da inflação;
- O reforço de estratégias que promovam o crescimento econômico sustentável, especialmente através da diversificação da economia;
- A aposta no desenvolvimento do sistema financeiro para melhorar a mobilização da poupança interna;
- Aprimoramento nas políticas de educação financeira que estimulem o comportamento da poupança a nível das famílias.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX). **Investimentos em Angola**. Disponível em: https://www.aipex.gov.ao. Acesso em: 10 mar. 2026.

ATHUKORALA, P.; SEN, K. **The determinants of private saving in India**. *World Development*, v. 32, p. 491–503, 2004. DOI: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2003.07.008.

EDWARDS, S. **Why are Latin America's savings rates so low? An international comparative analysis**. *Journal of Development Economics*, v. 51, p. 5–44, 1996.

FELDSTEIN, M.; HORIOKA, C. **Domestic saving and international capital flows**. *The Economic Journal*, v. 90, n. 358, p. 314–329, 1980. DOI: https://doi.org/10.2307/2231790.

HALLAQ, S. **Determinants of private savings: the case of Jordan (1976–2000)**. *Journal of King Saud University: Administrative Sciences*, v. 15, n. 2, p. 83–94, 2003.

KAVATIRI, F. **The determinants of domestic savings in Rwanda**. Dakar: African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), 2005.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. London: Macmillan, 1936.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LEAVČIC, R. **Macroeconomics: the static and dynamic analysis of a monetary economy**. 2. ed. London: Macmillan Press Ltd., 1976.

LOPES, J.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de macroeconomia: nível básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARA, G.; VAILLANCOURT, F. **The macroeconomic determinants of Québec and Canadian savings: an empirical study**. Montreal, 2012.

McKINNON, R. **Money and capital in economic development**. Washington, D.C.: Brookings Institution, 1973.

MODIGLIANI, F.; CAO, S. L. **The Chinese saving puzzle and the life-cycle hypothesis**. *Journal of Economic Literature*, v. 42, n. 1, p. 145–170, mar. 2004. DOI: https://doi.org/10.1257/002205102320161258.

MUHLEISEN, M. et al. **Sub-Saharan Africa: growth, saving and investment, 1986–1993**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 1995. DOI: https://doi.org/10.5089/9781557754585.084.

OLIVEIRA, M. A. S. **Determinantes da poupança das famílias em Portugal**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2017.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução francesa. Paris, 1817. (Original publicado em 1817).

ROBERTSON, D. H. **Mr. Keynes and the rates of interest**. In: ROBERTSON, D. H. *Essays in money and interest*. London: Collins, 1966.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 18. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2005.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução francesa de Germain Garnier. Paris, 1776. (Original publicado em 1776).

SOLOW, R. **A contribution to the theory of economic growth**. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65–94, fev. 1956. DOI: https://doi.org/10.2307/1884513.

STEINERT, J. I.; ZIEGELMEYER, M.; HÄRTL, M. **Savings promotion and poverty reduction in Sub-Saharan Africa: a systematic review**. *World Development*, v. 104, p. 140–152, 2017.

TOUNY, M. A. **Determinants of domestic saving in Egypt: an econometric study**. *Journal of Economic and Financial Studies*, v. 2, n. 3, p. 1–15, 2008.

WORLD BANK. **African development indicators 2024**. Washington, D.C.: World Bank, 2024.

ZWANE, T.; GREYLING, L.; MAKADI, M. **The determinants of household saving in South Africa**. *International Business & Economics Research Journal*, v. 15, n. 4, p. 209–218, 2016.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.